



CAPÍTULO 4

DOI: 10.47402/ed.ep.c202120014639

CARACTERÍSTICAS DA SEGUNDA RESIDÊNCIA DE CIDADINOS NO MEIO RURAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA⁷

Guélmer Júnior Almeida de Faria, Pós-Doutorando, UFV, Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica

Ana Louise de Carvalho Fiúza, Professora do Departamento de Economia Rural, UFV

RESUMO

O cenário rural vem sofrendo grandes transformações na contemporaneidade, em especial, as concepções de rural-urbano que têm sido questionadas. São elaboradas novas interpretações de rural-urbano e novos modos de habitar e morar, entre elas as denominadas segundas residências. Esse fenômeno é recente no Brasil. Deu-se a partir da década de 1950 e é revelado pelo desenvolvimento do país com o rápido processo de industrialização e urbanização, estimulados pela indústria automobilística, crescimento e expansão das vias rodoviárias, novos estratos sociais médios e urbanos, a pendularidade entre campo-cidade e a proximidade das áreas rurais e urbanas. Este estudo analisa as características da segunda residência em meio rural a partir de uma revisão integrativa da literatura. Constatou-se um aumento dos domicílios de uso ocasional na zona rural, em 2010. Diante do fenômeno crescente e globalizado referente à segunda residência por moradores urbanos, há uma valorização cultural do rural. Há uma nova racionalidade produtiva nesses domicílios, como o turismo rural, impulsionada pela expansão das moradias e do processo de *rurbanização* na atualidade. Foi observada uma diversidade em atrelar o conceito a outros temas ligados às diferentes áreas em que o rural deve ser integrado mais claramente nas pesquisas de segundas residências.

PALAVRAS-CHAVE: Domicílios Rurais. Ruralidades. Desenvolvimento Rural. Relação campo-cidade/rural-urbano.

INTRODUÇÃO

As mudanças no meio rural brasileiro não podem ser compreendidas se sua análise não estiver atrelada às mudanças no meio urbano brasileiro. Segundo Basaldi (2001, p. 157), “o meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas”. Pensar o rural sob a vertente do agrário é obstaculizar outras dimensões, dinâmicas e especificidades do que seja o rural.

Para Gomes (2011), o rural está intrinsecamente ligado à cultura, aos fluxos, às relações sociais e à história. Portanto, há uma emergência de compreender a relação rural/urbano a partir da formação territorial e do seu entorno de pequenos municípios. Castro (2006) chama a atenção

⁷ Bolsa PNPd (Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV).



que esses pequenos e médios municípios têm dinâmicas e são compostas por formas urbanas, entretanto, com atuação, especificidades e modos de vida próprias do ambiente rural. Essas transformações reveladas por Eli da Veiga levam ao conceito de *rurbanização*. Quando ele aponta que “[...] tanto os municípios que têm populações entre 50 e 100 mil, quanto os que têm menos de 50 mil, mas densidades superiores a 80 hab./km²” (VEIGA, 2001) são rurbanos seja pela valorização do urbano ou da paisagem rural. Entretanto, independentemente de quais sejam os significados atribuídos ao rurbanos entendemos o como a reunião entre os modos de vida rural e urbano.

Os embates teóricos em relação ao urbano/rural têm privilegiado três formas de análise: i) a dicotômica; ii) a de *continuum*; e iii) a de permanência das ruralidades (MOTA; SCHMITZ, 2002). A primeira advém do par binário estipulado pela sociologia de comunidade-sociedade, tradicional-moderno, oposição entre rural-urbano, conforme apresentado por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981). A ideia de *continuum* parte-se para o entendimento de que os processos de urbanização e industrialização homogeneizou todos os espaços. A crítica mais radical dessa abordagem preconizava o fim do rural com o alto grau de urbanização da sociedade em geral. Uma das causas deste estudo está, justamente, na simbiose que os pequenos municípios têm com o meio rural. E finalmente, tem-se a permanência das ruralidades enquanto modos de vida. É a partir dos sujeitos e das especificidades e particularidades do lugar ou dos espaços constatamos sua participação em processos sociais e econômicos.

Definindo o rural, Maria José Carneiro (2008, p. 12) aponta uma nova formulação: “[...] sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade”. A autora também sinaliza para as transformações que o capitalismo causa no meio rural e, a partir daí, conclui que as definições de urbano e rural não podem ser dadas pela extinção do rural. O que ocorre é uma transformação do rural, uma interpretação menos generalizante e uma reconsideração entre tradição cultural e o processo de modernização da agricultura. Sugere ainda analisar rural enquanto uma forma de pensar, de classificar e organizar o mundo social, orientado pelas ações. Ela diz que esse pensamento está centrado na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade, fazendo emergir “novas ruralidades” (CARNEIRO, 2008).

Essas novas ruralidades devem ser enfrentadas como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base no englobamento de novos



valores, hábitos e técnicas. Assim, as “novas ruralidades” não só apropriam como também ampliam as novas funções e as novas atividades no meio rural, tanto no nível do agregado familiar, quanto com o poder público e com a iniciativa privada. Nesse novo momento, o meio rural brasileiro tem sido analisado pela ótica da pluriatividade ou multifuncionalidade do campo e pelas relações campo-cidade. Essas “novas ruralidades” pressupõem distinguir as variações entre o rural em suas relações internas e específicas e também nas relações com o urbano, compreendendo seus contornos, especificidades e representações.

Espaços rural e urbano são complexos e têm singularidades. Essa nova ruralidade se assenta no acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), no estreitamento de relações com o urbano, caracterizado por mudanças importantes, trazendo dinâmicas marcadamente transformadoras, como a reversão das tendências migratórias, das mobilidades, dos deslocamentos e a renovação das atividades no campo, a modernização dos modos de vida e novas formas de organização de atores sociais locais. Gomes (2011, p. 157) assevera que: “[...] o rural está nas cidades, e as cidades estão no rural, mas esses espaços jamais negam sua identidade: eles se reinventam, recriam, reordenam, reassumem novas formas”.

Quando se fala de urbano, nem sempre falamos de cidade. Esta constatação perpassa pelo surgimento de uma nova racionalidade produtiva econômica que reproduz (ou tenta) práticas tradicionais rurais sob a lógica urbana. É o caso das segundas residências em que se utiliza o campo para a construção de condomínios rurais e chacreamentos. Outra modalidade são as ofertas de lazer e refúgio encontradas no turismo rural de base familiar que utiliza o modo de vida rural como estratégia produtiva local de eficiência econômica.

Müller (2009, p. 20) corrobora que as “segundas residências constituem um fenômeno quase que exclusivamente rural, ainda que também existam as segundas residências urbanas”. Destacam-se a intensificação da urbanização no campo acelerada pela reestruturação produtiva, o avanço do capitalismo agrário transformando a função dos estabelecimentos agropecuários e os vínculos com a terra, que deixou de ser a única fonte de renda para boa parte da população rural com a inserção de atividades agrícolas e não-agrícolas, como, por exemplo, o turismo rural. Pretto e Monastirsky (2017, p. 6891) admitem “[...] que o campo também passou a receber maior atenção pela busca do contato com a natureza e o modo de vida rural, muito atraente para os cidadãos que buscam um refúgio para as angústias da vida urbana moderna”.

Compreende-se a movimentação do fenômeno crescente e globalizado referente à segunda residência, que são moradores urbanos que vislumbram o campo em um contexto



cultural rural, mas poderia haver também uma nova racionalidade produtiva nesses domicílios, que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) chama de domicílios de uso ocasional⁸, para além do refúgio e do lazer. Essa nova lógica de racionalidade produtiva/econômica dos domicílios de uso ocasional e das segundas-residências pela pluriatividade, com o resqúcio de vegetação nativa, de relevo com caráter cênico ou mesmo cursos d'água, explica a popularidade desse tipo de domicílio, segundo aponta Arrais (2014).

A análise feita aqui para identificar estatística e espacialmente foi feita em associação com a incidência absoluta dos domicílios de uso ocasional, limitado pelas dificuldades dos dados oficiais, que acompanham as manchas de povoamento. Como por exemplo, ao consideramos o Brasil em relação ao estado de Minas Gerais e a microrregião da Zona da Mata Mineira em três escalas geográficas diferentes do local ao global observa-se a intensificação do espraiamento dos domicílios de uso ocasional, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Evolução dos Domicílios de Uso Ocasional, 2000-2010.

| Região | 2000 | 2010 |
|-----------------------------|---------|--------------------|
| Brasil | 830.105 | 1.267.386 (+34,5%) |
| Minas Gerais | 147.025 | 222.158 (+33,82%) |
| Zona da Mata Mineira | 11.891 | 22.028 (+46,02%) |

Fonte: IBGE (2010).

Internacionalmente alguns estudos tem apontado o crescimento das segundas residências na Europa e nas Américas. Para Baltaci e Cevirgen (2020) sua utilização tem aumentado gradualmente desde a década de 1970 e a maioria dos estudos realizados concentram-se nas perspectivas da segunda residência em meio rural. Embora, Hall (2014) alerta que a maior parte da investigação seja dada as segundas residências e que sua definição depende das diferentes abordagens e pode normalmente ser reconhecida a nível nacional, tais números não são facilmente comparáveis a uma escala internacional. Arrais (2014) chama atenção para as áreas metropolitanas litorâneas em razão da rede urbana regional e as características do turismo de segmento sol-praia. No interior e meio rural, a presença dos domicílios de uso ocasional refere-se a chácaras e/ ou sítios isolados, ou mesmo condomínios fechados de chácaras.

⁸ As residências secundárias, segunda residência, são chamadas de domicílio de uso ocasional que servem como moradia, para descanso em férias, fins de semana e outros fins, podendo o ocupante estar ou não presente na data do recenseamento (IBGE, 2010).



Com base no que precede, este capítulo de revisão integrativa tem como objetivo compreender as características das segundas residências em meio rural, através de dados da literatura internacional e nacional. Coteja-se integrar informações de estudos executados em diferentes cenários com a finalidade de visibilizar resultados relevantes que contribuam no debate nas Ciências Sociais e suas interfaces, visando fomentar futuras pesquisas.

Para tanto, o capítulo acha-se subdividido neste debate introdutório, tomada pelo escrutínio metodológico. A próxima seção traz à tona alguns resultados para, em seguida, discutir as segundas residências em um contexto cultural rural e as novas dinâmicas e novos modos de habitar e morar. Apontamos ainda algumas compreensões que decorrem das análises inqueridas. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais buscamos sintetizar as principais conclusões que decorreram deste estudo.

METODOLOGIA

No presente estudo, adotamos como método a revisão integrativa, cuja finalidade consiste, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103), “na mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado”. Assim, pode-se identificar lacunas de conhecimento, levantar o conhecimento já produzido e indicar prioridades para futuras pesquisas. A busca dos artigos consistiu em consulta às principais bases de periódicos brasileiros: *Scielo* e *Capes*. Entretanto, a busca não surtiu efeito. Não foram encontrados artigos com os descritores “segunda residência” e “meio rural”, o que levou a procura pela plataforma *online Google Acadêmico*® (<https://scholar.google.com.br/>).

Os critérios de inclusão foram: i) recorte temporal nos últimos dez anos (na data da realização da pesquisa), assim, de 2010 a 2020; ii) texto integral disponível (artigos) em formato eletrônico, gratuito e redigido em português/ inglês; iii) presença do termo de busca “segunda residência” e “meio rural” e “*second homes*” e “*area rural*”, no título ou no resumo; e iv) ser compatível com, no mínimo, um dos objetivos do artigo, ou seja, contemplar as características da segunda residência em meio rural. Os critérios de exclusão foram: não pertencer ao meio rural, estar vinculado aos estudos urbanos e de expansão de mercado imobiliário turístico sobretudo no litoral e como residência temporária. Em seguida, foram verificadas as publicações repetidas com a finalidade de subtrai-las do computo. A partir disso, procedeu-se a leitura dos resumos dos artigos, visando selecionar aqueles que atendiam aos critérios elencados.

Foram selecionados 11 artigos disponibilizados no *Google Acadêmico®*; nove artigos em inglês e dois em português, sendo que um se encontra disponibilizado em anais de congresso e não como artigo publicado em periódico (Quadro 1).

Quadro 1: Sistematização dos artigos selecionados para a revisão integrativa da literatura.

| Título do artigo | Autores | Periódico e dados do artigo | Objetivo |
|--|--|---|---|
| The Social Value of Second Homes in Rural Communities | Nick Gallent | Housing, Theory and Society, v. 31, n. 2, p. 174-191, 2014. | O artigo analisa a questão da segunda residência, com uma perspectiva que atribui um valor social particular à residência rural temporária e sazonal. Argumenta que as segundas residências podem dar às comunidades uma reserva potencial de capital social “intermediário”. |
| Second homes planning, policy and governance | C. Michael Hall | Journal of Policy Research in Tourism, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2015. | O artigo fornece uma revisão da literatura sobre segundas residências, política e governança e destaca os principais temas e questões, incluindo a política de habitação, sustentabilidade, representação política e meio ambiente no meio rural. |
| Rural Second Homes and Their Impacts on Rural Development: A Case Study in East Iran | Seyed Davood Hajimirrahimi <i>et al.</i> | Sustainability, v. 9, n. 4, p. 1-16, 2017. | Este estudo pretendeu avaliar os impactos que as “segundas residências rurais” têm no desenvolvimento rural na aldeia Khorashad, na província de South Khorasan, no Irã. |
| Second home owners, locals and their perspectives on rural development | Maja Farstad; Johan Fredrik Rye | Journal of Rural Studies, v. 30, p. 41-51, 2013. | Neste artigo, alerta-se sobre as correntes dominantes nas pesquisas sobre segunda residência que explicam os conflitos sociais entre hospedagem e visitas rurais às populações de segunda residência, descrevendo suas diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento rural. |
| Second home countryside. Representations | Mia Vepsäläinen; Kati Pitkänen | Journal of Rural Studies, v. 26, n. | Este artigo contribui para a discussão ao fornecer uma revisão empírica dos discursos populares finlandeses sobre |

| | | | |
|---|--|---|--|
| of the rural in Finnish popular discourses | | 2, p. 194-204, 2010. | segundas residências. A revisão é baseada em uma análise dos motivos dos proprietários de uma segunda residência e nas representações da mídia. |
| Rural Second Homes: A Narrative of De-Centralisation | Winfried Ellingsen | Sociologia Ruralis, v. 57, p. 229-244, 2017. | Este artigo argumenta que um segmento significativo da população está de fato passando mais tempo em áreas rurais, quando consideramos o impacto da mobilidade de uma segunda residência. |
| How do Rural Second Homes Affect Human Health and Well-being? Review of Potential Impacts | Kati Pitkänen; Jenni Lehtimäki; Riikka Puhakka | International Journal Environmental Research and Public Health, v. 17, p. 1-16, 2020. | Discute como as características dos ambientes rurais de segunda residência e seu uso e usuários podem afetar impactos potenciais na saúde e no bem-estar dos finlandeses. |
| Second homes: Migration or circulation? | Kjell Overvåg | Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography, v. 65, p. 154-164, 2011. | O artigo discute as segundas residências modernas em áreas rurais na Noruega, com relação ao conceito de migração. A discussão é baseada na elaboração de como as segundas residências envolvem múltiplas mobilidades e não apenas a mobilidade física dos proprietários das segundas residências. |
| Second homes in rural areas: Reflections on a troubled history | Dieter K. Müller | Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography, v. 65, p. 137-143, 2011. | O artigo oferece uma revisão da literatura sobre a segunda residência no que diz respeito às questões levantadas, afiliações disciplinares e problemas e deficiências relacionados. A ausência de segundas residências em estudos rurais é destacada em particular. |
| Turismo de segunda residência em meio rural | Leila Cobuci; Elisabeth Kastenholz | Rosa dos Ventos, Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo, v. 3, n. 2, p. 125-132, 2011. | Este artigo dedica-se à análise do comportamento do consumidor, dando ênfase ao papel que as motivações desempenham na decisão de adquirir uma segunda residência em meio rural. |



| | | | |
|---|---|--|---|
| Entre campo e cidade: o lazer e as casas de segunda residência no município de Ponta Grossa – PR ⁹ | Fabelis Manfron Preto; Leonel Brizolla Monastirsky | Anais do ENANPEGE, Porto Alegre, 2017. | Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação entre o lazer e a residência secundária no campo. É realizada uma discussão sobre o processo de identificação com o espaço e a busca por segundas residências no campo – motivada pelo sentimento de estranhamento com o espaço urbano que impulsiona a busca por um novo contexto cultural. |
|---|---|--|---|

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A análise dos artigos ocorreu nas seguintes etapas: i) leitura dos artigos na íntegra, com o intento de identificar características, objetivos e resultados de cada produção; ii) descrição das informações averiguadas na etapa anterior; iii) agrupamento e categorização dos dados, de acordo com os achados dos artigos. Informa-se que, para a execução da terceira etapa, seguiram-se os princípios da técnica matriz de síntese ou de análise, a qual tem sido utilizada como ferramenta de organização de dados de revisão devido à sua capacidade para resumir aspectos complexos do conhecimento (KLOPPER; LUBBE; RUGBEER, 2007). Os autores referem que o instrumento tem por objetivo proteger o pesquisador de erros. Este instrumento pode conter informações verbais, resumos de textos, extratos de notas, bem como dispor de dados integrados em torno de temas/conceitos da pesquisa. Ressalta-se que a matriz deve permitir que o pesquisador tenha uma visão geral dos estudos analisados.

Para a análise do conteúdo recorreu-se às Nuvens de Palavras (NP) como instrumento complementar, que segundo Surveygizmo (2017) oferece distanciamento suficiente ao escrutínio isento conjugado ao envolvimento do pesquisador com expressão que, na perspectiva das metanarrativas, configurariam discursos e novos sentidos. Teriam a oferecer quadros conceituais úteis à síntese, sistematização e compreensão enriquecida de um conjunto de ideias que poderiam subsidiar proposições. Estas Nuvens de palavras (NP) são imagens usualmente apresentadas como ilustração à leitura superficial do senso comum obtidas pelo software *Word Clouds*¹⁰. O tamanho de cada palavra indica sua frequência, admitida como *proxy* da relevância de determinada temática no totalidade de hipertextos (SURVEYGIZMO, 2017).

⁹ A inclusão deste artigo deu-se por compor parte de uma tese de doutorado defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cf.: PRETTO, Fabelis Manfron. **Entre cidade e campo: as segundas residências no espaço rural**. 2018, 376f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>. Acesso em: 12 de maio de 2021.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na literatura brasileira, de acordo com Arrais (2014), o conceito de segunda residência é frequentemente discutido a partir de duas perspectivas. A primeira está ligada ao turismo, cujo foco maior são as motivações e as origens dos deslocamentos. A segunda perspectiva é ligada à geografia urbana e ao imobiliário turístico, linha explorada, especialmente, na interpretação das áreas litorâneas do nordeste brasileiro. Apontamos neste texto duas novas perspectivas que levam em consideração o contexto cultural rural (espaço de transição rural-urbano) e as novas dinâmicas de habitar e morar, como asseveram Bezerra e Silva (2018, p. 8) ao observarem os “diversos usos do território, como o surgimento de novas formas de habitação que se confundem com espaços de traços rurais, assentados nas proximidades ou mesmo ao lado das pequenas cidades”.

Da amostra coletada, observou-se o uso das segundas residências em duas perspectivas teóricas: i) as segundas residências como busca a cultura rural; e ii) como dinâmica de novos modos de habitar e morar. Nessas duas linhas de pesquisa, percebe-se que há maior compreensão do turismo e do contexto cultural no campo, dado pela paisagem e pelo modo de vida na contemporaneidade, como a fragmentação do morar e da extensão do cotidiano.

Constatou-se que cinco artigos abordam as segundas residências na perspectiva do contexto cultural rural e seis artigos como dinâmica demográfica de uma sociedade em constante mobilidade e na contemporaneidade como novos modos de habitar e morar. Quanto ao tipo de estudo: dois declaram ser descritivos exploratórios; dois avaliativos; cinco bibliográficos; um etnográfico; e um não deixa claro o tipo do estudo. Os artigos, em sua maioria, estão em Língua Inglesa e o país onde há maior número de estudos desenvolvidos é a Noruega (n= 3), seguido da Finlândia (n= 3), Brasil (n= 2), Irã (n= 1), Suécia (n= 1) e Reino Unido (n= 1). O alto número de publicações, especialmente na Noruega e Finlândia, pode ser reflexo dos processos de desenvolvimento nestes países, que emergem com o processo de urbanização do campo. Os artigos foram publicados nos anos de 2011 (n= 3), seguido do ano de 2017 (n= 3), 2010, 2013, 2014, 2015, 2020 (n= 1, respectivamente), o que evidencia uma distribuição regular das produções científicas. Há um indicativo crescente entre 2011 e 2017, o que não pôde ser verificado em 2012 e 2020 devido à limitação de tempo do presente estudo.

A seguir, o Quadro 2 traz a matriz conceitual dos principais temas/ conceitos abordados na amostra e as respectivas referências:

Quadro 2: Matriz conceitual.

| Conceito Referências | Segundas residências | Áreas rurais | Desenvolvimento | Turismo rural | Ruralidades | Lazer | Sustentabilidade | Capital social | Mobilidade/ | Representações rurais | Urbanização | Bem-estar/ Saúde | Motivação | Relação rural-urbano/ Campo-cidade |
|------------------------------------|----------------------|--------------|-----------------|---------------|-------------|-------|------------------|----------------|-------------|-----------------------|-------------|------------------|-----------|---------------------------------------|
| | Gallent (2013) | ✓ | ✓ | ✓ | | | | | ✓ | | | | | |
| Hall (2015) | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | | | | ✓ | | | |
| Hajimirrahimi <i>et al.</i> (2017) | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | | | | | | | | |
| Farstad e Rye (2013) | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | | | | | | | | | |
| Vepsäläinen e Pitkänen (2010) | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | | | ✓ | | | | |
| Ellingsen (2017) | ✓ | ✓ | | | ✓ | | | | | | ✓ | | | |
| Pitkänen et al. (2020) | ✓ | ✓ | | | | | | | | | | ✓ | | |
| Overvåg (2011) | ✓ | ✓ | | | | | | | ✓ | | | | | |
| Müller (2011) | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | | | | | | | | | |
| Cobuci e Kastenholtz (2011) | ✓ | ✓ | | ✓ | | | | | | | | | ✓ | |
| Pretto e Monastirsky (2017) | ✓ | ✓ | | | | ✓ | | | | | | | | ✓ |

Fonte: Elaboração própria, adaptado a partir de Klopper; Lubbe; Rugbeer (2007).

Pela matriz conceitual, entende-se que os 11 artigos utilizam o conceito de segunda residência e áreas rurais, apontando a validação e o seu uso. Ao mesmo tempo, constata-se que o desenvolvimento rural (cinco artigos) constitui a base teórica-analítico para analisar o fenômeno das segundas residências, seguidas das ruralidades (quatro artigos). Há uma grande diversidade em atrelar o conceito a outros temas ligados à saúde (bem-estar), psicologia (motivação), meio ambiente, sociologia (capital social), geografia (urbanização, relação campo-cidade/rural-urbano). Isso demonstra diferentes abordagens de pesquisa para descrever e compreender a complexidade das segundas residências em áreas rurais na contemporaneidade.

Utilizando a Nuvem de Palavras (NP) é possível perceber as particularidades da segunda residência e suas definições, conforme a Figura 1 adiante.



transformação da paisagem e do uso do solo. Atualmente, estes domicílios são considerados como oportunidades para o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista da saúde e do bem-estar, Pitkänen, Lehtimäki e Puhakka (2020), ao analisarem os impactos que as segundas residências promovem sobre uma amostra da população da Finlândia e descobriram quatro questões principais que afetam. Primeiro, têm-se os impactos na saúde e no bem-estar dos usuários; as pessoas urbanas podem se beneficiar especialmente de segundas residências rurais, enquanto o desenvolvimento infantil e o desempenho dos idosos também podem ser apoiados pelo contato com a natureza em segundas residências. Em segundo lugar, a regularidade, a duração e a temporada das segundas residências influenciam o potencial de recebimento de benefícios, pois contribuem para a exposição à natureza. Terceiro, o tipo e a qualidade do ambiente de uma segunda residência afetam o contato com a natureza, como a exposição a micróbios ambientais que sustentam a saúde. Finalmente, as práticas, motivos e significados modificam as atividades e o apego e afetam o bem-estar físico e mental.

Quanto ao desenvolvimento rural e local desses domicílios, Hajimirrahimi *et al.* (2017) avaliaram os impactos que as “segundas residências rurais” têm na aldeia Khorashad, na província de South Khorasan, no Irã. Revelaram que o turismo rural se desenvolveu com o crescimento populacional, urbanização, desenvolvimento de transportes e rotas de comunicação. Nesse contexto, as segundas residências rurais são consideradas um dos principais instrumentos do turismo de residência permanente e temporária. Sugerem que deveria haver políticas públicas para melhorar o desenho e padrões de distribuição geográfica no desenvolvimento de segundas residências.

As questões discutidas sobre segundas residências perpassam temas como lazer (turismo), desenvolvimento regional e saúde pública. Estes novos significados atribuídos às áreas rurais, segundo Cobuci e Kastenholz (2011), asseveram que estão profundamente relacionados com as novas formas de lazer e recreação das sociedades modernas. Revelam-se, portanto, um importante fator de contribuição para a economia local, para a organização do território e para a preservação do patrimônio natural e cultural das respectivas regiões. Surge, então, um novo segmento da população que, apesar de habitar temporariamente o espaço rural, tem um papel cada vez mais decisivo relativamente ao desenvolvimento territorial.

Em relação aos aspectos sociais, Pretto e Monastirsky (2017) entendem a importância em compreender os sentimentos das pessoas pelo seu espaço de vivência, os vínculos



identitários, os anseios, aflições e alegrias. O campo e o modo de vida rural são construídos no ideário urbano como refúgio, mas também como possibilidade de reencontro consigo mesmo, de paz e harmonia, de contemplação e afeto. O “sonho da casa no campo” é materializado pela segunda residência que representa todo o jogo de emoções que se formam no subjetivo humano.

Entre as consequências dessas moradias, Hajimirrahimi *et al.* (2017), revelam que as segundas residências rurais trazem impactos positivos e negativos e destacam que os contrastes criaram muitos problemas, como aumento dos preços das terras agrícolas, perdas de empregos na agricultura e pecuária, mudança do conceito de cultura entre os moradores, conflitos sociais e culturais, criando dualidade no meio ambiente, mudando paisagens e a erosão das comunidades. As ameaças associadas ao turismo e suas consequências indesejáveis são a destruição de paisagens naturais, mudanças no estilo de uso da terra, aumento da imigração e declínio das atividades agrícolas e dicotomia social.

A noção vinculada por Gallent (2013) é de que as segundas residências contribuem para o desenvolvimento comunitário, argumentando que têm um potencial valor social, aumentando a conectividade das comunidades a novas habilidades e conhecimentos e, assim, sua reserva de capital social. Todos os consumidores do espaço rural são, por definição, externos às suas comunidades. Eles saíram de seu espaço produtivo, mas, provavelmente, mantiveram a conexão com as principais redes sociais e profissionais. Eles são capazes de usar esta conectividade (ao lado de seu capital) para domesticar os espaços de sua habitação.

Por fim, do ponto de vista da saúde pública, Pitkänen, Lehtimäki e Puhakka (2020) admitem que, na contemporaneidade, as pessoas vivem uma vida cada vez mais móvel e multilocal, compartilhando seu cotidiano entre vários locais com diferentes tipos de possibilidades de contato com a natureza. Assim, o uso de uma segunda residência por pessoas urbanas pode ser importante para manter seu acesso regular e exposição a ambientes mais naturais e rurais. No entanto, mudanças futuras na sociedade podem ter consequências significativas para os benefícios de saúde e bem-estar recebidos e devem ser levadas em consideração pelos planejadores e formuladores de políticas.

NOVAS DINÂMICAS E NOVOS MODOS DE HABITAR E MORAR

Um dos autores que tem destacado o desafio dos gestores públicos em estabelecer uma política de representação, responsabilidades e direitos é C. Michael Hall (2015) que aponta o conceito de governança e segunda residência para compreender os problemas de compreensão das mobilidades e moradias múltiplas na globalização neoliberal contemporânea. Para fins de



governança, todos têm de estar em algum lugar e os sistemas de governança têm dificuldade em lidar com quem está em vários locais ou são móveis. O autor adverte para a noção hegemônica de residência permanente, subsumindo a mobilidade espacial da vida contemporânea em que muitas pessoas experimentam para trabalhar e se divertir, bem como, cada vez mais, para saúde, educação e manutenção de relações familiares e de amizade. Percebe-se que o argumento do autor vai de encontro às novas dinâmicas e especificidades do habitar e morar o rural como área transitória e extensão do cotidiano urbano. A pendularidade entre campo-cidade, para Hall (2015), levanta questões sobre a ruralidade neoliberal, a habitação e o deslocamento humano em uma era de mobilidade.

Em relação aos conflitos relacionados ao desenvolvimento rural originários entre os visitantes (cidadinos) e os proprietários de segunda residência, Farstad e Rye (2013) asseveram que os habitantes locais são susceptíveis de acolher novos processos de desenvolvimentos, a fim de aumentar a viabilidade econômica de suas comunidades rurais, enquanto os proprietários de segundas residências defendem a conservação do idílio rural que os atraiu em primeiro lugar. Entre os conflitos estão a destruição física e as concepções de desenvolvimento rural. As populações locais e dos proprietários de segunda residência (visitantes) diferem em suas composições demográficas, orientações de valores, modos de vida, economia rural local (ou seja, o rural como local de trabalho *versus* local de lazer) e nas relações com as paisagens rurais (local de vida cotidiana *versus* local de consumo).

As novas dinâmicas da representação do rural encontram-se em Vepsäläinen e Pitkänen (2010), em que os autores procuram focar a representação do campo no período pós-produtivo, na Finlândia, explorando como o rural é apresentado no contexto de novos modos de habitar e morar. Sendo parte integrante do meio rural e de sua história, as segundas residências são um exemplo consagrado de consumo pós-produtivo das ruralidades contemporâneas. Através da análise dos discursos finlandeses sobre as segundas residências, principalmente, pela mídia, elas são analisadas como paisagem de fazenda (memória), paisagem selvagem (ambiente natural) e paisagem de atividade (local de trabalho e lazer).

As tendências demográficas observadas em muitos países da Europa apontam para a descentralização e urbanização da população. Ellingsen (2017) evidencia que um segmento significativo da população está de fato passando mais tempo em áreas rurais, quando consideramos o impacto da mobilidade de uma segunda residência. Este argumento é baseado em uma perspectiva rural-urbana, abordando as principais tendências demográficas



contrastando com a perspectiva sedentária para o registro da população com a visão alternativa do tempo gasto em localidades rurais.

Há uma tendência equivocada de associar a segunda residência com a migração, Kjell Overvåg (2011), ao analisar as segundas residências rurais na Noruega como parte de um fenômeno migratório, constatou que essa discussão deva ser tratada como múltiplas mobilidades e não apenas como a mobilidade física, mas por três modalidades: a primeira, a segunda residência como parte das casas das pessoas, a segunda, como presença temporária e a terceira, por meio da presença permanente. O autor argumenta, entretanto, que as segundas residências não devem ser conceituadas como representativas de um tipo de migração, mas, em vez disso, é mais apropriado usar o conceito de circulação. Reforça-se o aporte analítico nas agendas de pesquisa de como se deve proceder na compreensão do fenômeno.

Na perspectiva de Müller (2011), os estudos e pesquisas sobre as segundas residências emergiram no início da década de 1990, refletindo a extensão global do fenômeno. Entretanto, as segundas residências receberam tratamento inadequado nas pesquisas em Ciências Sociais. Por exemplo, apesar do fato de a maioria das segundas residências estarem localizadas em áreas rurais, elas raramente foram abordadas nos estudos rurais. A conclusão do autor é que as segundas residências devem ser trazidas de volta aos estudos rurais, mas também que o rural deve ser integrado mais claramente na pesquisa de segundas residências.

COMPREENSÕES SOBRE AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM MEIO RURAL

Portanto, no contexto colocado, muitos motivos explicam o espraiamento das segundas residências para as áreas rurais, como a fuga da vida urbana, o apelo do ambiente natural e a vontade de possuir ou construir uma casa no campo (ADAMIAK; PITKÄNEN; LEHTONEN, 2016). Outro ponto que chama atenção nos resultados é o fenômeno da *rurbanização*, considerada como uma forma de urbanização do campo, pois constitui um instrumento de difusão e dispersão da cidade no espaço rural. Para Martine (1994), a heterogeneidade da estrutura produtiva, o nível de renda, o grau de desenvolvimento das comunicações e transporte, a diversificação e a especialização do consumo, o nível de cultura tecnológica, são precondições para a desconcentração e/ou a desassociação do lugar de trabalho com o de residência.

O rurbano – um conceito que marca o encontro do mundo rural e urbano, sobre tudo nos seus aspectos sociais, culturais e axiológicos (valores) – vem sendo discutido devido à dificuldade de classificar, pelos critérios habituais, populações que se situem, quer na zona rural com hábitos urbanos, quer na urbana com comportamentos rurais (NARDI, 2004. p. 27).



A partir dessa constatação, o que se observa de Norte a Sul do Brasil é uma heterogeneidade espacial, reforçada pela pluralidade do urbano brasileiro, pelas escalas locais, vivenciadas no cotidiano dos pequenos municípios, nas periferias metropolitanas e nos espaços considerados rurais que vivenciam modos urbanos e rurais (BAIA, 2015).

Nesse sentido, as segundas residências configuram uma relação construída e negociada entre os “pontos de intercessão” da tradição (rural) e a modernidade (urbano), como assinala Carneiro (2008), um processo que supera as relações de temporalidades que coexistem a partir de intensa negociação e resistência que a tradição estabelece no espaço das cidades. Essas resistências estão muito mais visíveis em cidades de médio e pequeno porte. Essa resistência se expressa, por outro lado, conforme Baia (2015), nos pequenos municípios que as *rurbanidades* se encontram muito mais latentes nos cotidianos espaciais, através de práticas de trabalhos e outros modos de vidas, novas dinâmicas e novos modos de habitar e morar que pluralizam e questionam a cartografia oficial da rede urbana brasileira. Bezerra e Silva (2018, p. 11) inferem:

[...] que o campo marca a cidade por meio de atividades agropecuárias presentes no espaço periurbano ou *rurbano*, porém, esta marca se configura tanto pela necessidade de sobrevivência, quanto pelo desejo de (re)constituir-se a partir da afirmação cotidiana dessas práticas em sociedade.

Ou seja, as segundas residências são elemento explicativo do processo de *rurbanização* do campo, que entende o *rurbano* como uma relação híbrida entre os dois mundos e os dois modos de vidas rurais e urbanos na contemporaneidade. Logo, a interpretação do fenômeno das segundas residências passa pela mobilidade humana, o desenvolvimento regional e local, mas também pelos projetos de vida dos sujeitos sociais na contemporaneidade, em que o habitar e o morar adquirem novas formas, novos modos e reinterpretções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao objetivo desta revisão, destaca-se que o conjunto de dados alcançados demonstram que as segundas residências são um fenômeno contemporâneo oriundo dos processos de urbanização do campo. O deslocamento pendular entre campo-cidade, a mobilidade impulsionada pelo crescimento e expansão das vias rodoviárias e pela indústria automobilística (principalmente a motocicleta e o carro), a emergência de novos estratos nas classes sociais médias e urbanas e uma cultura de valorização da natureza e do meio rural estimulam novas formas de habitar e morar em um mundo cada vez mais móvel.

Nessa linha, é evidente que as segundas residências são imprescindíveis para compreender o processo de “*contrametropolização*”, como aponta Martine (1994, p. 37), “renascendo, valores e aspirações mais ‘rurais’ ou ‘antimetropolitanas’ entre parte significativa



da população”. As evidências não se dão apenas no nível do aumento do número de segundas residências ou domicílios de uso ocasional, mas também de transformações nos padrões de uso que refletem mudanças demográficas, econômicas, culturais e tecnológicas.

Identificou-se que os cenários de uso das segundas residências abrangem diversas áreas (saúde, psicologia, sociologia, meio ambiente, administração pública), predominando o Desenvolvimento Rural. Referente a novos estudos empíricos, recomenda-se integrar o rural mais claramente nas pesquisas de segundas residências. Sobretudo, como aponta o Atlas do Espaço Rural (IBGE, 2020), no qual o turismo rural se configura como fonte de receita para muitos dirigentes de estabelecimentos agropecuários. Assim, as características locais e o modo de vida próprio comportam o reconhecimento de um campo urbanizado, desempenhando outras funções, não apenas de produção de alimentos para as cidades, mas o turismo rural, as segundas residências, novas práticas de gestão e novas racionalidades produtivas.

Reconhece-se, aqui, os limites da pesquisa quanto à própria amostragem. Indica-se a necessidade de novas investigações sobre a conceituação e o uso dos descritores de “segundas residências” para “domicílios de uso ocasional”, “domicílios temporários”, “residência temporária”, “residência secundária”, etc. A utilização no levantamento e no tipo de produção analisada merece ser melhor analisada, tendo em vista que foram incluídos somente artigos, a fim de esclarecer e validar diferentes estratégias de aplicação e facilitar a expansão e disseminação desse método, que se mostra tão eficaz e contributivo para estudar o fenômeno das segundas residências e suas características em meio rural.

REFERÊNCIAS


ADAMIAK, C.; PITKÄNEN, K.; LEHTONEN, O. Seasonal residence and counterurbanization: the role of second homes in population redistribution in Finland. **GeoJournal**, Kansas, v. 82, p.1035-1050, 2017.

ARRAIS, T. A. Integração do mercado imobiliário e segunda residência – Brasil metropolitano. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 49-62, jan./ abr. 2014.

BAIA, H. P. **Rurbanidades marajoaras**: produção, consumo e mudanças culturais no espaço da cidade de Melgaço/PA. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Manaus, 2015.

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, 2001.

BALTACI, F.; CEVIRGEN, A. The impacts of second home tourism on sócio-cultural and economic life: the residents perspectives. **Journal of the Geographical Institute “Jovan Cvijić” SASA**, Belgrado, v. 70, n. 3, p. 273-288, dezembro de 2020.



BEZERRA, J. A.; SILVA, C. N. M. Entre o rural e o urbano interiorizado. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-13, set. 2018.

CASTRO, L. F. S. **Dinâmica demográfica da Zona da Mata Mineira e a microrregião geográfica de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a5.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.

CARNEIRO, P. A. S. Desigualdades intrarregional na Zona da Mata Mineira: produção e organização socioespaciais diferenciadas. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, jul. 2006.

ELLINGSEN, W. Rural Second Homes: A Narrative of De-Centralisation. **Sociologia Ruralis**, v. 57, p. 229-244, 2017.

FARSTAD, M.; RYE, J. F. Second homeowners, locals and their perspectives on rural development. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido, v. 30, p. 41-51, 2013.

GALLENT, N. The Social Value of Second Homes in Rural Communities. **Housing, Theory and Society**, England, v. 31, n. 2, p. 174-191, 2014.

GOMES, I. O espaço rural em questão: o caso dos municípios rurais de Minas Gerais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas/MS, n. 13, ano 8, maio 2011.

HALL, C. M. Second homes planning, policy and governance. **Journal of Policy Research in Tourism**, Reino Unido, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2015.

_____. Second home tourism: an international review. **Tourism Review International**, Nova York, v. 18, p. 1-23, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html?edicao=29531&t=o-que-e>. Acesso em: 15 dez. 2020.


IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KLOPPER, R.; LUBBE, S.; RUGBEER, H. The matrix method of literature review. **Alternation**, Cape Town, v. 14, n. 1, p. 262-276, 2007.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Texto para Discussão nº 329. Brasília: IPEA, 1994.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotécnicas**, Lavras, v. 26, n. 2, p. 392-399, 2002.

MÜLLER, D. Las viviendas secundarias en Suecia: Entre el patrimonio nacional y el producto exclusivo. In: MAZON, T., HUETE, R y MANTECÓN, A (eds.) **Turismo, urbanización y estilos de vida**. Las nuevas formas de movilidad residencial. Barcelona: Icaria, 2009. p. 19-25.



NARDI, J. B. **Fumo e Desenvolvimento Local em Arapiraca/ AL**. Primeiras observações e análises para a elaboração do diagnóstico socioeconômico municipal e regional (Projeto). Arapiraca: FAPEAL/CNPQ-FUNESA, 2004.

OVERVÅG, K. Second homes: Migration or circulation?. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, Grimstad, v. 65, p. 154-164, 2011.

PRETTO, F. M.; MONASTIRSKY, L. B. Entre campo e cidade: o lazer e as casas de segunda residência no município de Ponta Grossa/ PR. *In*: ENANPEGE, 12., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SOROKIN, P. A; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. *In*: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 198-224.

SOUZA, M. T. S.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SURVEYGIZMO. **Using Word Clouds To Present Your Qualitative Data**. Sandy McKee. Disponível em: <https://www.surveygizmo.com/survey-blog/what-you-need-to-know-when-using-word-clouds-to-present-your-qualitative-data>. Acessado em 10 de maio de 2017.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho varguista ao ZEE. *In*: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2001, Salvador. **Anais...** Campinas, SP: ANPEC, 2001. v. 1. p. 1-20.

VEPSÄLÄINEN, M.; PITKÄNEN, K. Second home countryside. Representations of the rural in Finnish popular discourses. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido, v. 26, n. 2, p. 194-204, 2010.